

*Dossier: The weaving of historical knowledge in the paths of shared authority*

*Dossier: Tramas del conocimiento histórico em los senderos de la autoridad compartida*

Os textos reunidos em “Tecituras do conhecimento histórico nas trilhas da autoridade compartilhada” pressupõem a afinidade entre a história ensinada e a história pública. Afinidade não significa igualdade exatamente, mas uma relação de aproximação generosa e reconhecimento mútuo entre dois espaços de historiadores e historiadoras engajados na docência e em outros lugares de criação da história para públicos mais amplos. Aproximação também entre dois campos de investigação já bastante consolidados entre nós, áreas de interrogação das formas da história e seus usos públicos na escola e além dela.

O que haveria de comum nesses dois campos? E como realizam esse comum de forma diversa? Ambos podem ser vistos como momentos de criação partilhada de passados vitais para o presente e seu futuro. É certo que a historiografia academicamente produzida também é um lugar atravessado pela necessidade do passado ou por compartilhamento da autoria. Contudo, consideramos que a história ensinada e a história pública são momentos privilegiados de produção da história comum, porque são situações, configuradas por formas e lugares que lhes são próprios, nas quais os interlocutores estão objetivamente presentes, interpelando-nos diretamente.

Nesse sentido, a formação histórica e seus espaços mais comuns – a universidade, a escola e as instituições de memória, como os museus – são plataformas para pensar e produzir colaborativamente um conhecimento comprometido com questões que sejam capazes de ultrapassar a circunscrição de seus públicos tradicionais e envolvendo questões socialmente vivas no presente. Em outras palavras, ao contrário da mediação dos textos cuidadosamente construídos através da pesquisa, que requerem, em larga medida, uma formação especializada para sua compreensão e uso, os produtos da história ensinada – as aulas, os livros didáticos e outros materiais – e da história pública – os museus, os arquivos que se abrem ao público, o patrimônio e os meios digitais entre outros – se realizam no engajamento de um público que não necessariamente é familiarizado com os protocolos da historiografia disciplinada. São, portanto, lugares e situações nas quais a variedade do conhecimento histórico pode se realizar de maneiras ainda mais múltiplas.

O mote fundamental do dossiê é a acepção de produção de conhecimento pela via da autoridade compartilhada, na qual se entrecruzam diferentes públicos, temporalidades, experiências e espaços. Os artigos traduzem variadas possibilidades de interlocução e de meios de produção compartilhada do conhecimento histórico ou da configuração de sentidos do vivido, perspectivada a partir de uma articulação espaço-temporal.

Nas tecituras dos diferentes artigos, encontramos sugestões criativas que possibilitam a produção de conhecimentos históricos na fronteira entre a história ensinada e a história pública, compreendidas como práticas de criação da história com o público e para o público. Encontramos igualmente uma sólida produção de professores da área do ensino de história ligados a instituições de Ensino Superior e da Educação Básica, em instituições públicas e privadas, que consideram os desafios de fazer história com diferentes audiências. Os autores são docentes que atuam em diferentes regiões do Brasil, de Sul a Nordeste, e o debate se fortalece com contribuições acerca da realidade de Angola. Certamente essas diferenças regionais, nacionais e internacionais, aliadas à abordagem da temática, propiciarão aos leitores uma análise reflexiva instigante.

Convidamos os(as) leitores(as) a realizarem sua incursão por essas trilhas onde a produção de conhecimentos históricos está imbricada nas experiências dos sujeitos, acolhendo questões socialmente vivas e visões plurais.

Elison Antonio Paim (UFSC) e Solange Maria Luis (ISCED) abrem o dossiê com o texto “Quando o privado assume o lugar do público: atuação das missões religiosas na educação angolana”, que nos oferece uma visão importante sobre a maneira como a educação é concebida a partir da ação de agentes muito diversos. A experiência histórica analisada sugere analogias com a nossa, quando grupos como o “Escola Sem Partido” se dedicaram a pautar o debate educacional em geral e o ensino de história em particular. O texto nos ajuda a ver, a partir de outras perspectivas nacionais, quais são as condições de possibilidade para que a história seja ensinada ou fruída em suas outras dimensões. O clima político em cada lugar é determinante para a distribuição e partilha da história.

Na sequência, contribuindo para o delineamento do que se concebe como “autoridade” e “compartilhado”, mais especificamente em diálogo com o campo de epistemologias da escola, Federico Alves (Unespar) e Bruno Antonio Picoli (UFFS), no texto “A atenção compartilhada para o mundo em comum”, problematizam as (im)possibilidades da noção de “autoridade compartilhada” que tem se configurado a partir de estudos e reflexões da comunidade de profissionais que produzem história pública, e argumenta a favor do investimento na noção de “atenção compartilhada” para pensar o ensino de história e as relações no ambiente escolar.

Sonia Regina Miranda (UFJF) convida o leitor a uma reflexão sobre o potencial da autoridade compartilhada se contrapor a uma lógica “professorcêntrica” que caracteriza relações de produção de conhecimento em espaços escolares e não escolares. Em “Sobre o ato de aprender a olhar: a cidade como um jogo de saberes e potências educadoras”, a autora envereda pelos caminhos tangíveis e imaginários da cidade e, ao rememorar diálogos e partilhas que marcaram sua trajetória profissional, aborda desafios e percalços da elaboração coletiva de sentidos e percepções sobre e com a cidade. Considerando essa experiência, defende o processo de formação docente por uma via dialógica, quando os atores abandonam lugares fixos e se comprometem com o ensino-aprendizagem enquanto efetivo movimento em via de mão dupla.

Em “Quem narra um conto, aumenta um ponto: responsabilidade social e escrita colaborativa a partir dos desenhos infanto-juvenis da Guerra do Contestado”, Rogério Rosa Rodrigues (UDESC) tece uma narrativa concebida como escrita colaborativa, na qual desvenda sensibilidades relativas à morte, violência e repressão política que marcam o passado e o presente da região. As crianças deram seu testemunho através dos desenhos, isto é, através de uma linguagem e imaginação com a qual já não estamos mais familiarizados. Tocado por esse estranhamento na interlocução com as crianças e suas produções, o autor comunica deslocamentos racionais e subjetivos que o impulsionam a rever a própria condição de autoria.

Maíra Wencel Ferreira Santos e Cyntia Simioni França, ambas da Unespar, em “Conhecimentos histórico-educacionais tecidos por relações dialógicas e colaborativas em tempos de pandemia”, compartilham uma experiência de pesquisa desenvolvida junto ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Unespar, em Campo Mourão, durante a pandemia da Covid-19. Diante do desafio de produzir conhecimento histórico-educacional na interface com a cidade e junto a crianças estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, as autoras enveredam por trilhas benjaminianas, apostando no processo de rememoração como meio de tocar e se deixar tocar pela cidade, seus sujeitos e suas histórias.

Maria Sílvia Duarte Hadler (Unicamp), no texto “História local num centro de memória: jovens estudantes ampliam sua compreensão da cidade”, apresenta um relato muito inspirador acerca das relações entre história ensinada e história pública. A experiência do Centro de Memória da Unicamp com jovens do Ensino Médio nos leva a pensar a história local a partir de sua investigação sistemática na colaboração entre arquivos e escolas. Os limites da história local, como os materiais necessários para ensiná-la, são potencialmente superados, ao mesmo tempo que se evita uma tentação paroquialista de apenas contar a história da cidade sem fazer sua crítica. Por fim, o artigo nos mostra a importância dos centros de memória e arquivos universitários para o ensino da história nos territórios partilhados pela universidade e a escola.

Fecham o dossiê Rosiane Ribeiro Bechler (UFVJM), Caroline Pacievitch (UFRGS), Wilian Junior Bonete (UFPE) e Arnaldo Martin Szlachta Junior (UFPE), com o artigo “Arranjos: laborações da história na formação docente”. Nele os atores provocam uma reflexão sobre limites e possibilidades dos *podcast* no processo de formação de docentes em história, tomando-os como materiais didáticos e de divulgação científica. Os autores defendem a urgência de construção de uma comunidade pedagógica efetivamente dialógica, comprometida com o fortalecimento das relações democráticas e republicanas que compõem a sala de aula de história.

O conjunto de artigos nos oferece um quadro de experiências de produção de história pública em espaços educacionais e situações educacionais não formalizadas e seus autores refletem sobre suas práticas, de modo a inspirar a construção de processos colaborativos.

Ao propor o dossiê, desde o princípio buscamos tanto evitar uma visão homogênea quanto incorrer no delineamento da noção de autoridade compartilhada pelo viés da harmonia. Preferimos, nesse sentido,

matizar a imagem de uma trama produzida por diferentes fios, por vezes soltos ou esgarçados, que vai se definindo no fazer dos sujeitos que tecem. Realizados em nossas intenções, convidamos o leitor a puxar os fios dessa trama e se aventurar no ato de tecer diferentes composições possíveis.

Boa leitura!

Cyntia Simioni França  
Universidade do Estado do Paraná (Unespar)

Marcelo Santos de Abreu  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Nara Rúbia de Carvalho Cunha  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)